

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIX nº 1629 | 27/03/2025

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

EQUAÇÃO COMPLEXA

OS VERDADEIROS VILÕES DA INFLAÇÃO

Aumento no valor dos alimentos envolve diversos fatores alheios aos produtores rurais, que são apenas tomadores de preço na hora de vender a produção



Aos leitores

Nos últimos meses, a inflação dos alimentos tem gerado debates constantes e, infelizmente, muitos apontam os produtores rurais como culpados. No entanto, essa visão é simplista e não reflete a realidade. Os agricultores e pecuaristas não controlam os preços. Pelo contrário, estão à mercê de uma série de causas externas que impactam diretamente seus custos de produção.

Quando falamos da inflação no Brasil, estamos lidando com um cenário complexo. A alta nos preços é resultado de uma combinação de fatores, como desequilíbrio entre oferta e demanda, aumento dos custos de produção, câmbio e a própria política econômica do governo federal. É um jogo de peças interligadas, em que o setor produtivo muitas vezes não tem poder de ação.

A desoneração das importações de alimentos, medida adotada para tentar conter a inflação, pode até trazer um alívio imediato, mas é uma solução paliativa. Não resolve as questões estruturais que afetam a produção interna e cria mais dificuldades para quem está na ponta da cadeia produtiva.

O agronegócio é essencial para a economia do nosso país e enfraquecê-lo com medidas erradas pode colocar em risco o futuro. Precisamos de políticas econômicas bem pensadas, que incentivem a produção interna, mantenham o Brasil como potência agropecuária e, acima de tudo, garantam a estabilidade econômica e o bem-estar da população.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Ivonir Lodi, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Lisiane Rocha Czech, Ágide Eduardo Perin Meneguette e Nelson Gafuri | **Diretores-Secretários:** Livaldo Gemin e Ivo Pierin Júnior | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior e Mar Sakashita | **Conselho Fiscal:** Aristeu Kazuyuki Sakamoto, Sebastião Olímpio Santarozza e Walter Ferreira Lima | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, Eduardo Medeiros Gomes e Cezar Augusto Massaretto Bronzel.

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Rosanne Curi Zarattini (SENAR/AC), Nelson Costa (Ocepar), Darci Piana (Fecomercio) e Alexandre Leal dos Santos (Fetaep) | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza (FAEP), Paulo José Buso Júnior (SENAR/AC) e Carlos Alberto Gabiatto (Fetaep) | **Superintendente:** Pedro Carlos Carmona Gallego.

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Helio Lacerda e William Goldbach | **Colaboração:** Larissa Rubiane de Assis | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação quinzenal editada pela Coordenação de Comunicação Social do Sistema FAEP. Permitida a reprodução total ou parcial, citando a fonte.

Fotos da Edição 1629:

Fernando Santos, William Goldbach, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

INFLAÇÃO

Fatores que impactam os preços dos alimentos são diversos, mas nenhum ligado aos produtores rurais

PÁG. 4

ARTIGO

Itaipu não pode ser utilizada como instrumento político contra a classe produtora

Pág. 3

ENERGIA

Sistema FAEP volta a cobrar soluções da Copel para os problemas de fornecimento de energia no campo

Pág. 10

AGENDA LEGISLATIVA

Presidente interino do Sistema FAEP participa de entrega de documento em Brasília, com autoridades do Legislativo

Pág. 14

CEMF

Coordenadoras da Comissão Estadual de Mulheres da FAEP percorrem o Paraná para fortalecer mobilização

Pág. 18

ATEG

Sistema FAEP abre editais para contratação de profissionais para o programa

Pág. 22

ARTIGO

O uso do dinheiro público contra o motor da economia

A Itaipu Binacional sempre foi um orgulho nacional. A hidrelétrica, que completou 50 anos de sua fundação e 40 anos de produção em 2024, é referência mundial na geração de energia limpa e renovável. Assim como eu, milhões de brasileiros têm orgulho deste símbolo de produtividade aliada à gestão ambiental, que integra dois países (Brasil e Paraguai).

Apesar das credenciais, nos últimos anos, tem faltado gestão eficiente e responsável dos recursos financeiros da Itaipu. Ainda mais por ser tratar de dinheiro público, os milhões de reais obtidos da produção e venda de energia deveriam ser investidos em prol da sociedade, inclusive com a redução das tarifas na conta de luz. Ao contrário, o que temos visto é o uso descontrolado e sem transparência, inclusive contra o setor agropecuário brasileiro, considerado o principal motor da economia do país, que gera empregos, renda, desenvolvimento e segura a balança comercial há mais de uma década.

Um exemplo recente é a decisão do Conselho de Administração da Itaipu de usar R\$ 240 milhões para a compra de

terras agricultáveis na região Oeste do Paraná para destinar a comunidades indígenas. Inclusive, essa decisão atropela o Marco Temporal, que ratifica que as demarcações de terras indígenas devem ser limitadas à data da promulgação da Constituição Federal (5 de outubro de 1988).

Os exemplos de descaso com o dinheiro público não param por aí. A Itaipu destinou R\$ 752 milhões para obras da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila), conforme revelou matéria do jornal "O Estado de S. Paulo". Certamente, investir em educação é fundamental. Mas, neste caso, essa não é a atividade-fim da empresa.

Esse uso descontrolado do dinheiro da Itaipu não está se transformando em benefícios para consumidores residenciais e comerciais. Estudo recente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia aponta que os cidadãos de dez Estados e do Distrito Federal pagaram quase o dobro do valor considerado justo pela energia gerada pela hidrelétrica. Isso porque, desde a posse de Enio Verri como diretor-geral, em março de 2023, a Itaipu firmou mais de 120 convênios, somando R\$ 2 bilhões em repasses.

Diante dos exemplos citados, está claro que a Itaipu está sendo usada como instrumento político. Os recursos financeiros estão sendo gastos de forma indevida e sem transparência. O ideal seria usar os milhões de reais mencionados acima para reduzir a tarifa de energia da população. Isso seria o uso racional do dinheiro público, acabando com a farra nos cofres da hidrelétrica.



Ágide Eduardo Meneguette, presidente interino do Sistema FAEP

Vilões da “novela inflação” estão longe do campo

Apesar de responsabilizados pela escalada nos valores dos alimentos, agricultores e pecuaristas são tomadores de preços e também sofrem com a inflação fora de controle



Por Antonio C. Senkovski

Se a inflação fosse uma novela, não faltariam personagens no enredo. Os núcleos de produtos e serviços analisados formam uma teia complexa, uma trama na qual grupos isolados, como o de produtores rurais, têm pouco ou nenhum poder de influência. Nessa história, quebras de safra, desequilíbrio na oferta e demanda, altas taxas de câmbio e elevados custos de produção estão entre os maiores vilões. E o principal autor da “novela”, com poder de transformar os rumos da história, é o governo federal, que tem decepcionado nas ações. Nos últimos meses, os episódios têm sido mal-recebidos pela população brasileira e também pelo setor produtivo.

Para que todos estejam no mesmo capítulo, é preciso lembrar que a principal ferramenta para medir a inflação é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado de fevereiro de 2024 a janeiro de 2025, o IPCA registrou aumento de 4,56% nos preços, puxados principalmente por alimentação e bebidas (7,25%), alimentação fora do domicílio (6,74%) e educação (6,63%). O grupo dos alimentos, nesse momento, chama a atenção, levando a uma visão equivocada de que os produtores rurais seriam os culpados pela inflação.

Em pronunciamento no dia 14 de março, em mais uma tentativa de colocar nos produtores rurais a responsabilidade pela alta dos preços, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ironizou: “Nós queremos encontrar quem é o pilantra que aumentou o ovo tanto”. A declaração vem na mesma medida do governo federal de desonerar a importação de alimentos para supostamente conter a subida nos preços, uma estratégia classificada como ineficaz pelo Sistema FAEP e outras entidades do agronegócio (leia mais na página 9).

“O produtor rural não é o culpado pela inflação”, rebate Ágide Eduardo Meneguette, presidente interino do Sistema



FAEP. “Ao contrário. No campo, sem descanso, os agricultores e pecuaristas trabalham para produzir alimentos, gerar renda e emprego e segurar a balança comercial do país. Os altos preços dos alimentos são consequência de outros fatores, como custos de produção elevados e o chamado ‘Custo Brasil’”, completa.

Historicamente, o produtor rural é tomador de preços, seja na hora de comprar insumos ou de vender sua produção. “Os preços são colocados de acordo com a conjuntura, que envolve tanto fatores da economia nacional quanto aspectos internacionais. A variação, portanto, depende mais de questões de mercado do que a vontade de quem está produzindo”, deta-

lha Anderson Sartorelli, técnico do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP.

Outro ponto importante relacionado aos preços dos alimentos é a sazonalidade, já que existem períodos de oferta concentrada, com maior disponibilidade após a colheita ou abate. “Esse comportamento da maior oferta de produtos em períodos definidos, chamado popularmente ‘da estação’, causa um comportamento sazonal dos preços dos produtos agropecuários, regidos pelo balanço de oferta e demanda. Ou seja, quanto mais se produz de algo, menor será seu preço e vice-versa”, explica Ana Paula Kowalski, técnica do DTE do Sistema FAEP.



O peso da inflação

Nas laterais das próximas páginas você confere quais foram os itens com maiores inflações em cada grupo analisado



Alimentação & bebidas

▲ 7,25%

Abacate	68,77%
Tangerina	68,56%
Laranja lima	59,56%
Café moído	50,35%
Abobrinha	47,47%



Educação

▲ 6,63%

Ensino médio	9,2%
Ensino fundamental	8,86%
Pré-escola	8,52%
Jornal diário	7,33%
Livro não didático	6,97%



Saúde & cuidados pessoais

▲ **5,96%**

Oftalmológico	10,92%
Produto para unha	10,44%
Dentista	9,17%
Aparelho ortodôntico	8,71%
Serviços (médicos e dentários)	7,89%



Transportes

▲ **5,32%**

Etanol	21,59%
Transporte por app*	15,16%
Aluguel de veículo	13,89%
Transporte público	12,11%
Combustíveis (veículos)	11,35%

*aplicativos



Despesas pessoais

▲ **4,80%**

Cigarro	22,07%
Manicure	10,13%
Hospedagem	10,05%
Depilação	8,6%
Sobrancelha	6,99%

Ações articuladas

A economia moderna e globalizada se caracteriza por uma alta complexidade. A interconexão entre as cotações das commodities depende de acontecimentos diários espalhados pelo mundo. Por isso, a missão de combater a inflação exige políticas articuladas em diferentes frentes, conforme apontam os especialistas da área econômica ouvidos pela reportagem da revista **Boletim Informativo**.

“Os alimentos têm um impacto significativo na inflação no Brasil, embora não sejam os únicos responsáveis por pressionar os preços. Com a matriz logística nacional fortemente dependente do transporte rodoviário, aumentos nos preços dos combustíveis elevam os custos de distribuição e, consequentemente, os preços finais dos alimentos. Além disso, o câmbio afeta a atratividade da exportação em dólares, o que pode reduzir o fornecimento de alimentos no mercado interno e pressionar os preços”, analisa Felipe Jordy, coordenador de inteligência e estratégia da Biond Agro.

Leonel Mattos, analista de inteligência de mercado da StoneX, concorda que a inflação brasileira tem múltiplas origens e acrescenta as condições climáticas adversas e a volatilidade dos preços *in natura* na conta da instabilidade. “Um setor impacta direta e indiretamente outros setores. A economia moderna é muito complexa e interdependente. É difícil termos uma pressão isolada”, complementa.

Edson Kawabata, sócio-diretor de novos negócios da Pipers Consulting + Technology, acrescenta o câmbio como um fator determinante a ser observado na hora de analisar a inflação (ver gráfico à direita).

“A variação da taxa cambial impacta a inflação por via de dois mecanismos principais: a precificação de importados e o equilíbrio entre importações e exportações. O dólar mais alto estimula exportações e desincentiva importações, e vice-versa na baixa”, esmiuça o especialista.

“O Brasil não pode insistir em soluções ultrapassadas para problemas crônicos. Transferir o ônus da inflação para o setor produtivo é um equívoco”

Ágide Eduardo Meneguette,
presidente interino do Sistema FAEP

Confira a evolução da inflação e da taxa de câmbio nos últimos 12 meses



*Acumulado dos 12 meses anteriores

Fonte: IBGE e Banco Central | Elaboração: Sistema FAEP

Afinal, quem são os vilões?

Para os especialistas, o governo, com a execução de políticas públicas, tem um papel determinante na dinâmica inflacionária. Jordy enfatiza o papel do Estado em promover projetos de infraestrutura, logística eficiente e estabilidade fiscal, que seriam respostas com potencial de conter os ânimos inflacionários. “O governo tem instrumentos para atuar sobre a demanda e a oferta. A política energética, por exemplo, é outro fator que pode influenciar a inflação, assim como ações pontuais, como a formação de estoques reguladores agrícolas”, sugere.

O fantasma da hiperinflação vivida entre o fim dos anos 1980 e início dos

anos 1990 também assombra o país e entra no debate das medidas a serem tomadas em contextos de pressão sobre os preços. A inflação brasileira, para os economistas, não é uma questão isolada no mundo, mas tem suas peculiaridades. A dependência de commodities, a volatilidade do câmbio e o histórico de instabilidade econômica tornam o país mais exposto a choques externos.

Para Kawabata, o fato de o país ter convivido com essa inflação elevada durante anos até o Plano Real estimula uma “cultura inflacionária”, que leva os agentes econômicos a se anteciparem a qualquer sinal de alta de custos para elevarem preços, em caráter preventivo. “Outro fator é a indexação de parte dos preços da economia, como aluguéis,



4,56%

Esta é a alta nos preços registrada pelo IPCA no acumulado de fevereiro de 2024 a janeiro de 2025



Comunicação

▲ **2,85%**

Serviços de streaming	9,72%
Telefone/net/tv (combo)	5,13%
Tv por assinatura	4,69%
Correio	4,49%
Plano de telefonia (móvel)	3,64%



Vestuário

▲ **2,49%**

Joia	20,59%
Jóias e bijuterias	15,03%
Sapato infantil	5,51%
Artigos de armarinho	5%
Lingerie	4,4%



Artigos de residência

▲ **0,99%**

Máquina de lavar (conserto)	6,15%
Chuveiro elétrico	5,81%
Conserto de bicicleta	5,74%
Móvel para quarto	5,48%
Aparelho de som	5,05%

mensalidade escolar, planos de saúde e até salários, reforçando uma certa inércia inflacionária, que vai se propagando a cada ciclo de reajustes”, exemplifica.

“Entre os países emergentes, o Brasil tem uma certa vantagem comparativa, pois é um mercado grande, menos dependente de importações do que muitos vizinhos. Mas a flutuação das variáveis macroeconômicas continua sendo um desafio”, aponta Mattos.

Em resumo, se a inflação no Brasil fosse uma novela, o enredo seria um quebra-cabeça de múltiplas peças que precisam se encaixar: câmbio, juros, custos, demanda, clima, políticas públicas e até mesmo a cultura nacional influenciada pelo passado das remarcações de preço diárias dos supermerca-

dos. Combatê-la exige ações coordenadas, diagnósticos precisos e, sobretudo, responsabilidade fiscal. Não há mágica, mas há caminhos.

“O mercado vê com preocupação porque não há uma sinalização de cuidado por parte do governo com as contas públicas e a estabilidade no médio prazo. Isso gera incertezas, preocupações com relação aos próximos passos e a moeda fica a mercê do que acontece no mercado externo. Uma maior preocupação com a questão fiscal levaria agentes a enxergar estabilidade, o que atrai investimentos e, conseqüentemente, produção. O caos nunca é o melhor caminho. O cenário de estabilidade é o principal ponto a ser buscado”, aponta Anderson Sartorelli, do DTE do Sistema FAEP.

E a taxa Selic?

No debate sobre o controle da inflação, a elevação da taxa básica de juros (Selic) costuma surgir como protagonista no noticiário econômico. Quem determina essa taxa é o Comitê de Política Monetária (Copom), vinculado ao Banco Central, órgão autônomo em relação ao governo federal. O valor mais baixo experimentado nos últimos 12 meses ocorreu em maio de 2024, com 10,5%. Desde então a taxa tem subido sistematicamente até atingir 14,25% em março deste ano, tornando o crédito mais caro.

“A taxa de juros desempenha um papel fundamental no controle da inflação ao desestimular o consumo e incentivar a poupança. Quando a taxa é elevada, cai a capacidade de endividamento de indivíduos e empresas, o que contribui para limitar o avanço dos preços. No entanto, subir os juros nem sempre é a solução, pois seus efeitos podem desacelerar o crescimento econômico e aumentar o custo do crédito, o que também afeta negativamente o poder aquisitivo da população”, pondera Felipe Jordy, da Biond Agro.

Neste cenário, Leonel Mattos, da StoneX, detalha os dois tipos de inflação: a de custo, que nasce de problemas na oferta (como uma safra ruim), e a de demanda, causada pelo consumo aquecido. “Os juros são mais eficazes no segundo caso. Quando o problema é oferta, como o encarecimento de fertilizantes, os juros têm pouco efeito”, afirma. “Ainda assim, o crédito mais caro tem um papel indireto importante, já que envolve potencial de atrair capital estrangeiro para investimentos, o que potencialmente fortalece o real”, completa.

Governo insiste na importação de alimentos

Diante da alta dos preços, o governo tem adotado como alternativa a redução das taxas de importação para alimentos e itens da cesta básica para combater a inflação. Desde então, o Sistema FAEP tem se posicionado contra a proposta de zerar as tarifas para compra de alimentos estrangeiros, já que além de não resolver a questão, ainda cria outras dificuldades para a economia do país.

“O Brasil não pode insistir em soluções ultrapassadas para problemas crônicos. Transferir o ônus da inflação para o setor produtivo é um equívoco que compromete um dos pilares da economia nacional. Enfraquecer o agronegócio com políticas equivocadas significa comprometer o futuro do país”, sinaliza Ágide Eduardo Meneguette, presidente interino do Sistema FAEP.

Em fevereiro deste ano, o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), do qual o Sistema FAEP integra o Conselho Executivo, enviou ao governo federal um documento com sugestões de curto, médio e longo prazos para combater a inflação dos alimentos sem prejudicar o setor produtivo. No texto, o IPA também condena os subsídios indiscriminados às importações, medidas que podem desestimular a produção agropecuária, reduzir investimentos no setor e, conseqüentemente, elevar os preços ao consumidor.

Para os especialistas, a medida de desonerar importações pode até funcionar no curto prazo ao aumentar a oferta interna, mas alertam para desdobramentos futuros. “É preciso evitar que o país se torne excessivamente dependente do mercado externo”, aponta Felipe Jordy, coordenador de inteligência e estratégia da Biond Agro. “Pode ajudar, mas não resolve sozinho. Se o Brasil não é importador tradicional de certos itens, há barreiras logísticas e comerciais que dificultam a substituição imediata do produto nacional pelo estrangeiro”, alerta Leonel Mattos, analista de inteligência de mercado da StoneX.

Edson Kawabata, da Peers Consulting + Technology, vê essa medida como uma alavanca acionável pelo governo para tentar mitigar o problema, mas que não é efetiva sozinha. “É necessária uma análise estratégica mais ampla no âmbito da reforma tributária (entre outras medidas estruturais), para uma melhor equalização dos tributos aplicáveis nas cadeias de valor de produtos, para reduzir assimetrias e estimular a competitividade dos setores”, alerta.



Habitação

▼ **-0,36%**

Mão de obra	7,01%
Pedras	6,58%
Condomínio	6,21%
Areia	5,59%
Taxa de água e esgoto	5,31%



Combustíveis & energias

▼ **-8,76%**

Gás de botijão	7,06%
Combustíveis (domésticos)	6,11%
Carvão vegetal	5,83%
Gás encanado	-1,01%
Energia elétrica (residencial)	-13,98%

Fonte: IBGE | Elaboração: Sistema FAEP

“Os alimentos têm um impacto significativo na inflação no Brasil, embora não sejam os únicos responsáveis por pressionar os preços”

Felipe Jordy,
coordenador de inteligência
e estratégia da Biond Agro

Sistema FAEP reforça cobrança de soluções urgentes da Copel

Crise no fornecimento de energia ameaça agropecuária paranaense. Empresa promete resolver problemas de quedas e oscilações em até seis meses

Os problemas crônicos de quedas e oscilações de energia elétrica no campo tornaram-se um dos principais desafios para os produtores rurais paranaenses. As interrupções frequentes comprometem a produtividade, causam prejuízos financeiros e operacionais e dificultam a modernização do

setor. Diante desse cenário, há meses, o Sistema FAEP tem cobrado a Companhia Paranaense de Energia (Copel) por soluções efetivas e investimentos em infraestrutura que garantam um fornecimento de energia estável e de qualidade nas áreas rurais.



“A demanda por melhorias reflete a necessidade de alinhar o crescimento do setor agropecuário com condições básicas de funcionamento. Essa reivindicação é ainda mais pertinente em um momento em que o campo busca modernização e maior produtividade, exigindo energia de qualidade para sustentar tecnologias cada vez mais avançadas. A resolução desses problemas, portanto, não é apenas uma demanda dos agricultores, mas uma necessidade estratégica para o desenvolvimento econômico do Estado”, destaca o presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette.

Mais recentemente, no dia 28 de janeiro, representantes da Copel estiveram na sede do Sistema FAEP para discutir estratégias e soluções que garantam energia de qualidade aos produtores rurais do Paraná. Na ocasião, relatos dos sindicatos rurais sobre os problemas enfrentados em suas regiões, compilados pelo Sistema FAEP, foram apresentados à Copel. Em resposta, a companhia assumiu o compromisso de solucionar os problemas de quedas e oscilações de energia em um prazo de até seis meses.

Entre 2021 e 2023, a Copel caiu da 10ª para 25ª posição no ranking de desempenho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), situação agravada pela privatização da companhia, em agosto de 2023.

Histórico de cobranças

O Sistema FAEP cobra providências em relação à crise energética no campo desde fevereiro de 2024. Na época, a entidade compilou os apontamentos enviados pelos sindicatos rurais, resumindo os problemas no fornecimento de energia e traçando um cenário da situação vivida pelos produtores. O diagnóstico resultou em um ofício encaminhado à Copel, ao governo do Paraná e a todos os deputados estaduais, exigindo soluções imediatas e reforçando a urgência do tema.

28 mil

Este é o número de pedidos de indenização encaminhados à Copel em 2023 por prejuízos causados pelas quedas de energia

“A resolução desses problemas não é apenas uma demanda dos agricultores, mas uma necessidade estratégica para o desenvolvimento econômico do Estado”

Ágide Eduardo Meneguette,
presidente interino do Sistema FAEP

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no último quadrimestre de 2023 houve mais de 38 mil interrupções no fornecimento de energia, aumento de 23,6% em relação ao mesmo período de 2022. Além da frequência das quedas, o tempo médio de atendimento também piorou, subindo de 248 para 355 minutos, ou seja, quase seis horas de espera.

Outro problema apontado é o aumento expressivo do custo da energia no campo, que subiu 76,4% em cinco anos, enquanto a tarifa residencial teve reajuste de 45,1%. Com o fim dos subsídios, a tarifa rural se equiparou à urbana, mas a qualidade do serviço continua defasada. Em 2021, o produtor rural paranaense ficou, em média, 30 horas sem energia – mais de quatro vezes o tempo médio registrado nas cidades, de sete horas.

Além dos prejuízos financeiros e operacionais, produtores rurais criticaram a dificuldade de comunicação com a Copel. Os atendimentos por telefone são considerados excessivamente automatizados, dificultando o suporte. A demora no atendimento agrava ainda mais a insatisfação dos consumidores, que lidam diariamente com a instabilidade no fornecimento.

Em março de 2024, durante audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), representantes do Sistema FAEP e de outras entidades cobraram soluções à Copel, que não compareceu. Na época, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: denúncia à Aneel, com reunião em Brasília, sobre as sucessivas quedas de energia; envio de ofício ao Ministério Público do Paraná (MP-PR) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) para fiscalizar a Copel; notificação ao Ministério Público Federal (MPF) para que cobre da Aneel providências urgentes sobre a situação; e reunião entre Copel, deputados, entidades do setor produtivo, entre outros envolvidos, intermediada pelo MP-PR, para discutir a situação e buscar soluções.



Setor produtivo exige medidas concretas

No dia 18 de março deste ano, o Bloco da Agricultura Familiar convocou uma reunião na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) para discutir as denúncias recebidas sobre a falta de energia elétrica no campo. O encontro reuniu diversas entidades do setor produtivo, incluindo o Sistema FAEP. Novamente, a Copel não enviou representantes.

Segundo os deputados estaduais, nas últimas semanas, mais de 60 mil toneladas de tilápia foram perdidas em Cascavel, na região Oeste, e 707 frangos morreram em apenas 10 minutos no município de Sulina, no Sudoeste, devido às interrupções de energia. Os parlamentares também destacaram que 28 mil pedidos de indenização foram encaminhados à Copel em 2023 por prejuízos causados pelas quedas de energia, mas apenas 7 mil foram atendidos.

Segundo o gerente do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP, Jeffrey Albers, as constantes perdas por parte dos produtores rurais, que dependem da energia elétrica para manter suas atividades, especialmente na avicultura, suinocultura, piscicultura e pecuária de leite, podem impactar outros elos da cadeia produtiva. “A redução da produção e da oferta de produtos pode levar a um aumento nos preços para o consumidor final, conforme a lei da oferta e da demanda”, alerta.

Como resultado da reunião, um documento foi elaborado e encaminhado à Copel, exigindo um plano emergencial para os apagões; prazos máximos para restabelecimento da rede elétrica; revisão da estrutura operacional; garantia de transparência sobre a falta de materiais e problemas de infraestrutura; compensações financeiras para as quedas prolongadas de energia; isenção na fatura das famílias prejudicadas; abertura de canais mais ágeis de atendimento; e a criação de uma comissão na Alep para acompanhar o serviço público do fornecimento de energia elétrica no Paraná.

Diante da ausência da Copel na reunião, deputados foram até a sede da empresa para cobrar explicações sobre a crise energética e os prejuízos ao setor agropecuário. Em resposta, a empresa se comprometeu a realizar a limpeza de 150 quilômetros de linhas de transmissão na região Sudoeste, com retirada e poda de galhos. Além disso, anunciou a produção de cartilhas e documentos para orientar os produtores sobre como acessar indenizações por prejuízos decorrentes das falhas no fornecimento de energia.

NOTAS



Fórum TAFS

No dia 18 de março, o presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette, participou do Fórum Internacional para Doenças Animais Transfronteiriças e Segurança Alimentar (TAFS), uma plataforma global sediada na Suíça, que promove a colaboração e o intercâmbio de conhecimento para enfrentar os desafios da saúde animal e da segurança alimentar. O evento reuniu especialistas científicos, representantes dos setores público e privado e formuladores de políticas para discutir soluções inovadoras e sustentáveis no controle das Doenças Animais Transfronteiriças (DATs).



Paranaense reeleito na Feplana

A Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana) realizou, em 19 de março, a eleição para a nova diretoria. O atual presidente, Paulo Leal, e o vice, Alexandre Andrade Lima, foram reconduzidos aos cargos. A eleição ocorreu na sede da entidade, em Brasília, e definiu também os demais membros da diretoria e do conselho. Na nova gestão, Tito Inojosa (RJ) assume como 2º vice-presidente, José Inácio como 1º secretário, Nádia Gomiere (SP) como 2ª secretária, Luis Scabello (SP) como 1º tesoureiro e Luiz Dalben (SP) como 2º tesoureiro. Entre os conselheiros titulares, foram eleitos Marcelo Rangel (SP), Eduardo Quintanilha (PR) e Hermano Neto (RN), enquanto a suplência ficou com José Amado (SE), Edgar Leahy (AL) e Marcelo Hamdan (BA).



Reforço na defesa agropecuária

O presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette, participou, em 19 de março, da cerimônia de entrega de 70 novos veículos à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). A ampliação da frota reforça a defesa agropecuária em todo o Estado, garantindo mais agilidade e eficiência no atendimento aos produtores rurais.



Atualização de instrutores

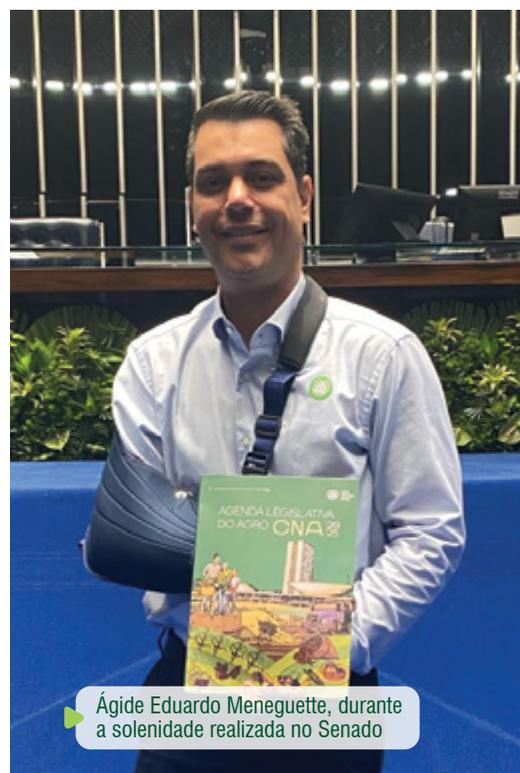
O Sistema FAEP promoveu, de 17 a 21 de março, a atualização de oito instrutores dos cursos “Fertilidade do solo” e “Manejo do solo” no Centro de Treinamento Pecuário (CTP) de Castro, com capacitação conduzida pelos técnicos Guilherme Schulze e Leandro Prado. A partir de junho, o curso “Fertilidade do solo” será dividido em três etapas, enquanto o “Manejo do solo” contará com duas. Essa estrutura permitirá atender diversas cadeias produtivas do Estado, com exemplos e práticas adaptados às realidades de cada região.

Em Brasília, Sistema FAEP participa de entrega da Agenda Legislativa do Agro

Documento lista projetos de interesse do setor agropecuário que tramitam na Câmara e no Senado



João Martins, presidente da CNA, entregou o documento à senadora Tereza Cristina



Ágide Eduardo Meneguette, durante a solenidade realizada no Senado

O presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette, acompanhado de presidentes de sindicatos rurais do Paraná, participou do lançamento da Agenda Legislativa do Agro 2025, no dia 26 de março, no Senado, em Brasília. Elaborado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pelas federações estaduais, o documento traz as principais conquistas do setor agropecuário em 2024 e lista as 87 pautas em tramitação no Congresso Nacional com potencial de impactar os produtores rurais.

“É um documento importantíssimo, que não só lista os avanços conquistados no ano passado, mas que principalmente estabelece as prioridades do nosso setor para este ano, para que tenhamos condições plenas de continuar produzindo e puxando a economia do nosso país”, destacou Meneguette.

“A Agenda Legislativa traz temas prioritários, desde a defesa do direito de propriedade e a tributação justa, a questões ambientais e trabalhistas, que continuarão a demandar nossa atenção e união”, pontuou.

Além de Meneguette, a comitiva paranaense foi integrada pelo presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi; o presidente do Sindicato Rural de Guamiranga, Dalnei Menon; o presidente do Sindicato Rural de Nova Esperança, Pedro Alberton Leoni Alves de Siqueira; e a coordenadora regional da Comissão Estadual de Mulheres da FAEP (GEMF), Simone Carvalho de Paula.

A sessão solene de entrega da Agenda Legislativa foi presidida pela senadora Tereza Cristina, ex-ministra da Agricultura e vice-presidente da Frente Parlamentar Agropecuária

(FPA). Ela recebeu o documento das mãos do presidente da CNA, João Martins. Em seu discurso, a senadora destacou a importância do setor agropecuário para a economia do país e os desafios enfrentados pelos produtores rurais. Ela também mencionou que, em 2024, o Congresso Nacional aprovou mais de uma dezena de leis fundamentais para o campo, entre as quais a Reforma Tributária e a Lei de Bioinsumos.

“Os produtores rurais pretendem contribuir para a queda da inflação dos alimentos, que é provocada, não pelo nosso setor, mas pelo desajuste fiscal do governo”, disse Tereza Cristina.

Presidente da FPA, o deputado federal paranaense Pedro Lupion destacou a luta da bancada ruralista na preservação dos direitos dos produtores rurais. Ele lamentou que o Congresso ainda tenha que se debruçar sobre temas que deveriam estar superados, como o direito à propriedade, o Marco Temporal, o crédito agrícola e a segurança jurídica dos produtores. “A gente vive momentos complicados e difíceis, política e ideologicamente falando. O enfrentamento se tornou uma constante em nossa atividade parlamentar”, declarou Lupion.

O presidente da CNA, João Martins, destacou que essa foi a primeira vez que cerimônia de entrega da Agenda Legislativa do Agro foi realizada no Congresso Nacional. O dirigente enfatizou o alinhamento harmonioso entre o setor produtivo e o parlamento e classificou o documento como uma “agenda para o crescimento”. Além disso, Martins também enalteceu a atuação da FPA, “que tem sido exemplo marcante de atuação transparente, aberta e focada no interesse público”.

“O nosso objetivo é expor com clareza as necessidades do agro no âmbito legislativo, para conhecimento da sociedade brasileira, e demonstrar convergência de pensamento entre o setor produtivo e a maioria do parlamento”, disse o presidente da CNA.

Outro paranaense, o senador Sergio Moro atribuiu a prosperidade do setor agropecuário a suas lideranças, que conseguem manter uma agenda positiva, independentemente de períodos de crise. “Um grande marco positivo do nosso país é o agro, que mostra sua pujança e força. Mesmo com todas as dificuldades, inseguranças e com um juízo negativo por parte de algumas autoridades governamentais, o agro vai salvar o Brasil da recessão neste primeiro semestre”, apontou Moro.

O documento entregue ao Congresso tem 53 páginas. Na primeira parte, a Agenda Legislativa lista 15 proposições aprovadas pela Câmara e pelo Senado em 2024, que estavam diretamente relacionados a temas de interesse do setor agropecuário. A segunda parte trata dos projetos em tramitação no parlamento, que devem ser vitais para o agronegócio ao longo de 2025.

Confira o documento completo



A escalada da sanidade

A construção de um sistema sanitário estadual robusto tem sido alvo de inúmeras ações do Sistema FAEP nos últimos anos. Há 15 anos, o assunto estampou a capa da revista **Boletim Informativo** com o título “O grande desafio da pecuária paranaense”. A edição 1087 se debruçou majoritariamente à necessidade de o Paraná avançar e conquistar o status de área livre de febre aftosa sem vacinação.

Um dos destaques é uma entrevista com o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, que, em sua fala, faz um balanço sobre a importância de o Estado avançar seu status sanitário perante o internacional. “Nós do Paraná temos de produzir algo diferenciado, que não seja commodity (...) precisamos deste selo internacional, que é o status de livre de febre aftosa sem vacinação”, destacou, na ocasião, Meneguette.

A reportagem de capa da edição, por sua vez, trouxe um passo a passo de tudo o que precisava acontecer para o Estado ser reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação. Primeiro, o desafio era ter a chancela do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e, depois, da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE).

A conquista levou mais de 10 anos de trabalho da iniciativa privada e do poder público para se concretizar. Graças à contribuição decisiva do Sistema FAEP e outras entidades, em agosto de 2020, o Paraná recebeu o reconhecimento nacional do Mapa como área livre de febre aftosa sem vacinação. Em maio de 2021, foi a vez da OIE ratificar o esforço e colocar a sanidade do Paraná em um novo patamar internacional.

HÍBRIDO:

“O MILHO QUE VALE UM MILHÃO”

Divisor de águas na produção do cereal no Brasil envolve o desenvolvimento das primeiras variedades híbridas, que tiveram no pesquisador Antônio Secundino o seu pioneiro mais famoso



no Estado de São Paulo, e em 1935, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais. Estudos desenvolvidos nestas entidades de ensino permitiram o Brasil fosse o segundo país no mundo a adotar os chamados milhos híbridos, atrás dos Estados Unidos.

Na UFV, os professores Gladstone de Almeida Drummond e **Antônio Secundino** iniciaram um programa de produção de híbridos. Os docentes obtiveram linhagens de cateto e de dentados. Foram os pioneiros do chamado híbrido meio-dente, sendo essa “mistura” mais produtiva do que aquelas variedades obtidas apenas com linhagens cateto. A partir destes resultados, o programa do IAC também adotou a mesma direção, obtendo linhagens de milhos dentados e produzindo híbridos meio-dentes.

Após oito anos, em 1945, com a fundação da Agroceres, foi a campo o primeiro híbrido comercial brasileiro. A empresa passou a comercializar as sementes que resultavam em plantas mais produtivas – o que faria o milho passar de um cultivo local e de populações pobres para uma cultura de escala. “O milho que vale um milhão” era a frase estampada nas sacas das sementes vendidas pela Agroceres. Até hoje, a empresa é uma das marcas mais relevantes na produção e venda de sementes de milho híbrido.

Do conhecimento e da valoração dos recursos genéticos coletados e avaliados no país, essa e outras empresas criaram um portfólio de híbridos de milho, que atende todas as regiões e climas onde se produz o cereal. Essa é, sem dúvida, uma contribuição para o Brasil ser um dos maiores produtores de milho no mundo e uma potência do agronegócio no cenário internacional.

O milho é um alimento fundamental na economia e na identidade cultural brasileira. São inúmeros pratos típicos que levam o ingrediente, seja na versão milho verde (pamonha e curau) ou com o grão seco e moído em farinhas (polenta e cuscuz). Se hoje é possível contar com delícias à mesa, isso se deve a uma história que começou há milênios, quando o ser humano iniciou o cultivo da planta. Porém o alimento que consumimos nos dias atuais é muito diferente das cultivares primitivas.

Originário das Américas, provavelmente do México, o milho tem sido desenvolvido nos últimos 8 mil anos. O melhoramento genético ocorreu, num primeiro momento, a partir da seleção de espécies, inicialmente selvagens, a cada safra. Os povos primitivos que ha-

bitavam a América Central conseguiram “domesticar” o grão e, ao mesmo tempo, por seleção, produzir um número grande de raças.

No Brasil, entre os milhos indígenas, a maioria era constituída por grãos amarelos e brancos voltados à produção de farinhas, mais moles. No entanto, havia também os de pipoca (redondos e pontudos) e os duros (laranjas e brancos). Esses foram os principais milhos desenvolvidos pelos índios no Brasil, Uruguai e Paraguai, e tiveram grande importância no melhoramento genético atual, principalmente a espécie cateto (duro de cor laranja).

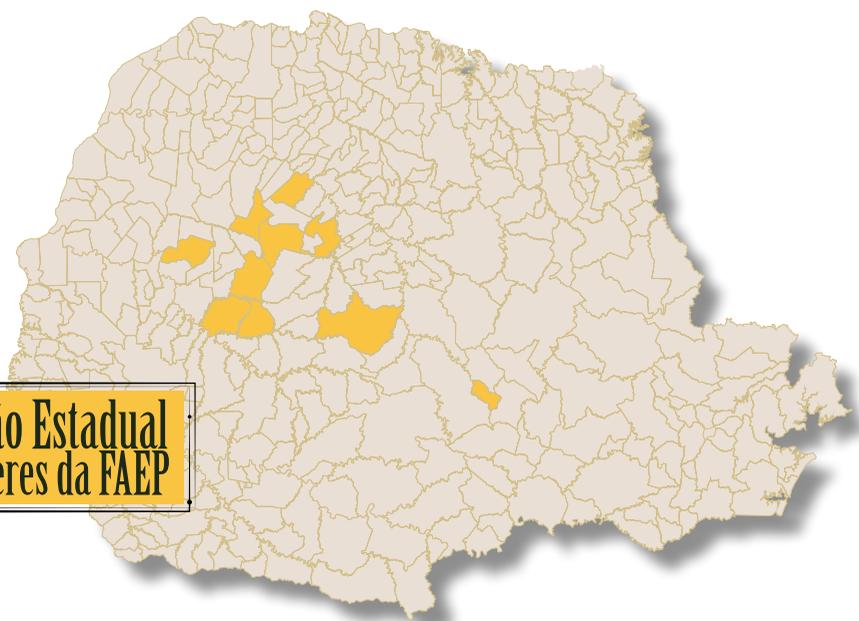
Na agricultura moderna brasileira, um divisor de águas no melhoramento genético do milho ocorreu em 1932, no Instituto Agronômico de Campinas (IAC),

CEMF promove encontros com comissões locais e sindicatos rurais

Coordenadoras percorreram 10 municípios do Paraná para fortalecer a mobilização de mulheres e ampliar diálogo com a base



Comissão Estadual
de Mulheres da FAEP



Na primeira quinzena de março, a Comissão Estadual de Mulheres da FAEP (CEMF) percorreu 10 municípios do Paraná, promovendo reuniões com comissões locais, visitando sindicatos rurais e participando de eventos. A iniciativa fortalece o diálogo entre os grupos nos municípios, as entidades e a coordenação da CEMF, garantindo respostas ágeis e alinhadas às demandas do setor. A agenda contou com a participação da coordenadora estadual da CEMF, Lisiane Rocha Czech, e da coordenadora técnica, Kelli Cardoso.

Em Araruna, Goioerê, Nova Cantu e Campina da Lagoa, as coordenadoras participaram de eventos das comissões de mulheres, abordando temas como Patrulha Rural Comunitária, saúde da mulher e defesa pessoal, reunindo mais de 450 participantes. Já nos demais municípios (Guamiranga, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz, Mamborê e Pitanga) foram realizadas reuniões com a diretoria dos sindicatos rurais e a coordenação das comissões, com foco no plano de trabalho anual, regimento interno e Projeto Sindicato Protagonista, lançado no ano passado.

“Esses encontros fortalecem o vínculo com as comissões locais e permitem a solução ágil de diversas demandas, por meio de orientações técnicas e estratégicas voltadas ao desenvolvi-

mento de cada grupo. Além disso, mantêm um canal de diálogo aberto entre a coordenação estadual e as comissões locais, fortalecendo as mulheres dentro dos sindicatos rurais e dos municípios”, destaca a coordenadora da CEMF, Lisiane Czech.

Segundo a coordenadora técnica, Kelli Cardoso, as reuniões são fundamentais para orientar a condução do plano de sustentabilidade das comissões locais, desenvolvido em parceria com os sindicatos rurais dentro do Projeto Sindicato Protagonista.

“Esses encontros permitem que as comissões conheçam boas práticas de outras regiões e recebam orientações técnicas personalizadas, ampliando sua atuação e garantindo maior autonomia para desenvolver ações estratégicas nos municípios”, complementa.

As rodadas de encontros vão continuar ao longo do ano em diferentes regiões, conforme as necessidades identificadas pela CEMF. A expectativa é realizar uma rodada a cada dois meses.

“As comissões de mulheres são fundamentais para o fortalecimento dos sindicatos rurais, pois ampliam a representatividade, trazem novas perspectivas e contribuem ativamente para o desenvolvimento do setor agropecuário”, ressalta Ágide Eduardo Meneguette, presidente interino do Sistema FAEP.



Araruna



Barbosa Ferraz



Nova Cantu



Campina da Lagoa



Goioerê



Campo Mourão



Engenheiro Beltrão



Pitanga



Mamborê



Guamiranga

Pesquisa paranaense revela fungo que atinge cogumelos

Com potencial para afetar a produtividade, doença reforça a necessidade de manejo adequado e capacitação técnica



Uma pesquisa pioneira conduzida pelo pesquisador Ricardo Scheffer de Andrade Silva, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), revelou a existência de uma nova doença que ameaça o cogumelo Shimeji no Brasil. O estudo identificou um fungo do gênero *Penicillium* como o causador do problema, que afeta principalmente os estágios iniciais de desenvolvimento do cogumelo, comprometendo sua produtividade.

O fungo, disseminado por esporos, apresenta sintomas como o abortamento dos primórdios (estágios iniciais do cogumelo), mudança de coloração e atrofiamento. De acordo com Silva, o manejo baseado em limpeza e higienização rigorosa é a principal ferramenta para evitar a contaminação, já que não existem produtos fitossanitários registrados no Brasil para controle de doenças em cogumelos.

“Os produtores recorrem a produtos comuns, como água sanitária e ácidos fracos, que ajudam a controlar o patógeno de forma limitada. Outra alternativa promissora é o uso de bactérias do gênero *Bacillus*. Porém, mesmo sendo biológica, essa abordagem exige cautela, pois pode impactar negativamente tanto o desenvolvimento do cogumelo quanto a saúde humana”, ressalta Silva.

Além de contaminar o cogumelo, o fungo também pode atingir o substrato, agravando o problema. Como a transmissão ocorre por contato, por meio dos esporos, é essencial adotar práticas rigorosas de biossegurança. Entre as medidas recomendadas estão a higienização adequada das mãos e utensílios, a eliminação de resíduos de cogumelos infectados e a restrição de circulação entre ambientes de cultivo contaminados.

Segundo os estudos do pesquisador, o abortamento representa o estágio final da contaminação. O primeiro sintoma é o surgimento de uma massa cinzenta pulverulenta, que se dispersa com facilidade. Em seguida, ocorre o atrofiamento do primórdio, que apresenta um aspecto enrugado e sofre alteração na coloração, passando de um tom cinza-esbranquiçado para amarelado.

Apoio à cultura

A pesquisa de Silva nasceu de uma vivência prática. Até 2023, o pesquisador também era produtor de cogumelos e enfrentava desafios semelhantes aos relatados por outros produtores da região de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Na avaliação de Silva, a interação entre a prática no campo e a pesquisa acadêmica é fundamental para aprofundar o conhecimento sobre os patógenos e buscar alternativas de controle.

“Essa conexão entre produtores e pesquisadores é crucial para culturas de baixo impacto econômico, como os cogumelos. Apesar do potencial para gerar renda em pequenas propriedades, a produção enfrenta entraves como a ausência de produtos registrados, a dependência de poucos fornecedores e o baixo consumo cultural no país”, explica.

Outro grande desafio apontado pelo pesquisador é a falta de dados confiáveis sobre a produção nacional, dificultando a avaliação de seu impacto econômico. “Essa falta de rastreabilidade dificulta a formulação de políticas públicas que poderiam fomentar o setor”, complementa Silva.

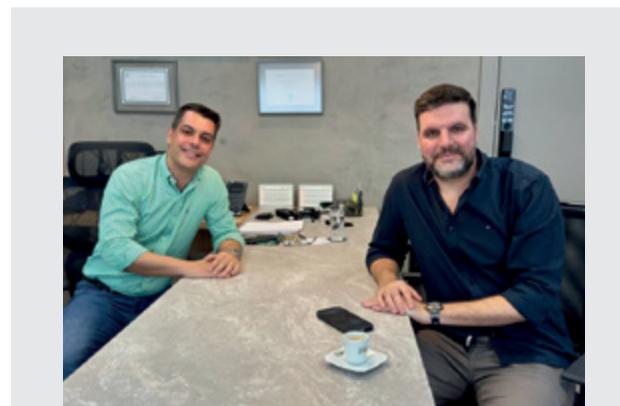
Apesar das barreiras, ele acredita no potencial da produção de cogumelos como uma alternativa viável de renda, especialmente para pequenas propriedades. “Com políticas de incentivo e a redução dos custos de produção, é possível tornar os cogumelos mais acessíveis ao consumidor, ampliar o mercado e fortalecer a cadeia produtiva”, conclui.

O Sistema FAEP já realizou treinamentos personalizados para produtores de cogumelos, reafirmando seu compromisso com capacitações alinhadas às demandas do setor. “A nova doença traz um alerta para a importância do diálogo entre academia e setor produtivo, reforçando o papel do Sistema FAEP no desenvolvimento sustentável da cultura”, destaca Ágide Eduardo Meneguette, presidente interino da entidade.



90 anos do Porto de Paranaguá

No dia 17 de março, o presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette, participou da cerimônia de comemoração dos 90 anos do Porto de Paranaguá, um dos principais modais para o escoamento da produção agropecuária do Paraná e de outros Estados. Reconhecido como o maior porto graneleiro da América Latina, o Porto de Paranaguá é fundamental para a exportação de soja, milho e outros produtos que consolidam o Paraná como protagonista do agronegócio nacional.



Visita da FPA

O presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette, recebeu, no dia 17 de março, a visita do deputado federal e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion. Durante o encontro, foram discutidos os principais desafios e oportunidades para o setor agropecuário, incluindo o Plano Safra 2025/26, infraestrutura, transporte e logística, áreas fundamentais para aumentar a competitividade do agronegócio brasileiro.



Encontro no SR de Mariluz

No dia 15 de março, o Sindicato Rural de Mariluz recebeu o prefeito Paulinho Alves e a secretária de Agricultura e Meio Ambiente, Josiane Justo, para uma palestra sobre a representatividade do sistema sindical, ministrada pelo consultor do Sistema FAEP Célio Marques, e o encerramento da safra 2024/25. O evento reuniu dezenas de produtores rurais, familiares e diretores do sindicato, reforçando a união da comunidade em torno do setor agropecuário.



Propostas do Sul para o PAP 2025/26

O Sistema FAEP participou, em 17 de março, do encontro da região Sul para debater as propostas para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2025/26. Promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o evento reuniu representantes das federações do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sindicatos rurais, produtores, associações e entidades setoriais. Representando o Sistema FAEP, o gerente do Departamento Técnico e Econômico (DTE), Jeffrey Albers, e o técnico Anderson Sartorelli participaram das discussões, que abordaram temas estratégicos como crédito rural, políticas de comercialização, mercado de capitais e gestão de risco. As sugestões apresentadas serão consolidadas em um documento que a CNA encaminhará aos ministérios da Agricultura e Pecuária e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, visando contribuir para a construção do Plano Safra 2025/26. No final de fevereiro, o Sistema FAEP já havia enviado as propostas do setor produtivo paranaense, em parceria com outras entidades do agronegócio.

Sistema FAEP abre vagas para técnicos e supervisores em ATeG

Editais para credenciamento de pessoas jurídicas seguem abertos até 31 de outubro, no site da entidade

O Sistema FAEP está com dois editais abertos para o credenciamento de pessoas jurídicas para atuar no serviço de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) da entidade. As vagas são destinadas a supervisor técnico e técnico de campo. As inscrições podem ser realizadas até o dia 31 de outubro de 2025, no site sistemafaep.org.br.

Desde 2023, o Sistema FAEP está ofertando a ATeG aos produtores rurais do Paraná, em diversas cadeias produtivas. Com foco na capacitação técnica e gerencial, no primeiro ano ainda no formato piloto, o programa atendeu 114 propriedades rurais da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Posteriormente, esse número foi ampliado para 300 propriedades. Agora, com a expansão, a ATeG do Sistema FAEP vai atingir 4,5 mil propriedades em todas as regiões do Paraná.

Os detalhes das vagas abertas pelo Sistema FAEP destinadas a técnico de campo e supervisor técnico estão disponíveis nos Editais 02/2025 e 03/2025.

O técnico de campo é responsável pelo atendimento direto aos produtores rurais, realizando visitas periódicas às propriedades rurais para prestar assistência nas áreas técnica e gerencial. Para essa vaga os requisitos são curso técnico em agropecuária, agricultura, zootecnia e fruticultura ou graduação em agronomia, engenharia agrícola, medicina veterinária, zootecnia, engenharia florestal ou engenharia de pesca, além de possuir registro no conselho de classe corresponde à sua área de atuação profissional.



Confira o edital



Já o supervisor técnico será o responsável pelo acompanhamento do trabalho realizado pelos técnicos junto aos produtores rurais. Entre as atividades, o profissional vai aplicar pesquisas de interesse do Sistema FAEP, convocar reuniões, treinamentos, visitas de supervisão aos produtores rurais e a validação técnica dos documentos e relatórios das visitas às propriedades rurais e agroindústrias inseridas no programa de ATeG.

Para ocupar a vaga de supervisor técnico é necessário ter concluído curso superior em agronomia, engenharia agrícola, medicina veterinária, administração, economia rural, enge-

nharia florestal, zootecnia, gestão do agronegócio, engenharia ou tecnologia de alimentos. Outras exigências dizem respeito a experiência comprovada de, no mínimo, dois anos em serviços de assistência técnica ou extensão rural.

Ainda, para participar do edital de credenciamento é preciso ser pessoa jurídica, com exceção de Microempreendedores Individuais (MEI); fundações e associações, como Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Organizações Não Governamentais (ONGs); e institutos e entidades representativas de profissionais ou trabalhadores, como sindicatos e conselhos de categoria.



Programa Gestão na Indústria

No dia 22 de março, em Maringá, o presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette, participou do lançamento do Programa Gestão na Indústria, uma iniciativa conjunta entre o Sistema FAEP e a Usina de Açúcar e Alcool Santa Terezinha. Durante o evento, foram discutidos temas estratégicos, como inovação, tecnologia, sustentabilidade e eficiência, pilares essenciais para o futuro da agroindústria paranaense.



Reunião do G7

O presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette, participou da primeira reunião do G7 em 2025, realizada em 24 de março, na sede do Sebrae-PR. O encontro abordou temas estratégicos para a infraestrutura e o desenvolvimento econômico do Estado, como as concessões dos lotes 4 e 5 das rodovias paranaenses, o Porto de Paranaguá, o Projeto Biometano e a desestatização da Ferroeste.



INFORME Veja também no site www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 28/02/2025

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB	RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/BANCÁRIAS	
Saldo C/C	311,93	-	8,54	-	-	-	320,47
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	72.293.562,39	-	2.341.952,64	-	78.932.948,09
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	7.416.799,94	-	200.997,48	-	19.749.728,28
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	7.138.941,01	-	-	-	10.963.475,64
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	270.551,96	-	-	-	347.874,74
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	26.379,30	-	-	-	32.217,91
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	341.714,93	-	-	-	425.722,84
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.493,93	4.624.105,00	87.626.639,17	542.225,27	2.683.981,12	77.567,43	110.374.720,53
SALDO LÍQUIDO TOTAL							110.374.720,53

Ágide Eduardo Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/O-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



COLOMBO

DERIVADOS DE MEL

No curso encerrado em 18 de fevereiro, 12 pessoas receberam treinamento do instrutor Frederico Leonnel Mahnic.



COLOMBO

DERIVADOS DO MATE

Conduzido pelo instrutor Frederico Leonneo Mahnic, oito participantes realizaram a capacitação nos dias 19 e 20 de fevereiro.



TOLEDO

DERIVADOS DE MANDIOCA

Em turma finalizada em 14 de março, dez participantes foram capacitados pelo instrutor Sergio Kazuo Kawakami.



ANDIRÁ

TRABALHO EM ALTURA

Nos dias 13 e 14 de março, foi realizado curso para dez participantes pelo instrutor José Aparecido dos Santos. A capacitação foi ofertada em parceria entre o sindicato rural e a Cooperativa Agroindustrial.



ANDIRÁ

ESPAÇO CONFINADO

Curso realizado em parceria com a Cooperativa Agroindustrial, nos dias 6 e 7 de março, capacitou dez participantes, com as aulas do instrutor José Aparecido dos Santos.



JURANDA

PRODUTOS SEM GLÚTEN E LACTOSE

Finalizado em 11 de março, o curso para 12 participantes pelo instrutor Frederico Leonneo Mahnic.



COLOMBO

ABELHAS SEM FERRÃO

Iniciado em 18 de março, o instrutor César Ronconi de Oliveira compartilhou conhecimento com oito participantes.



MARILUZ

CONDUÇÃO DE REUNIÕES

A capacitação com o instrutor Reinaldo Galvão foi realizada no dia 14 de março, com dez participantes.



TOLEDO

DERIVADOS DE LEITE

Curso realizado nos dias 11 e 12 de março, pelo instrutor Sergio Kazuo Kawakami, para 12 participantes.



AMPERE

DERIVADOS DE LEITE

Este curso foi realizado nos dias 13 e 14 de março pela instrutora Ednilza Godoy Vieira, para nove participantes.



GENERAL CARNEIRO

IMPLANTAÇÃO DE ERVA-MATE

Em curso viabilizado na extensão de base do Sindicato Rural de Bituruna, onze participantes foram capacitados pelo instrutor Nei Antonio Kukla, no dia 15 de março.

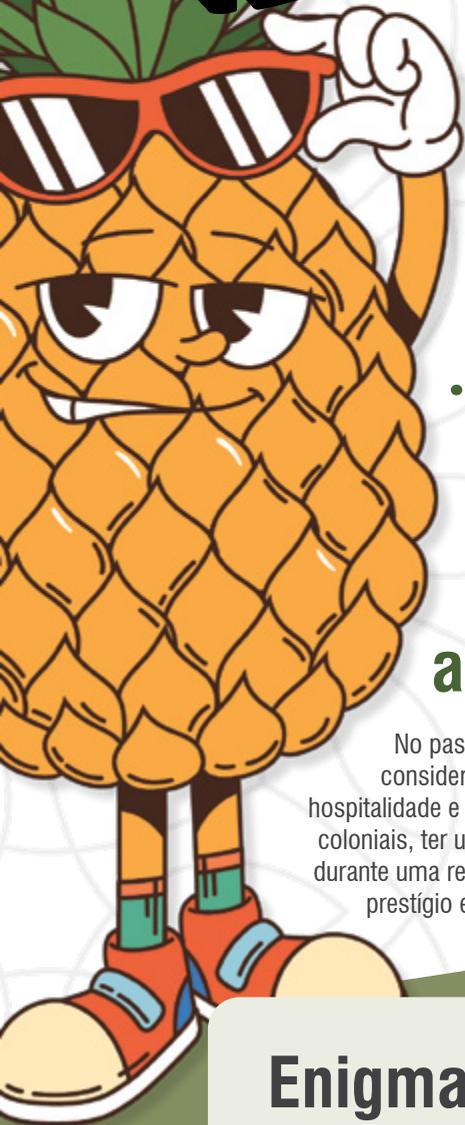


CHOPINZINHO

PREPARO DE RISOTOS

A instrutora Veralice Werle Molossi capacitou onze participantes no curso realizado nos dias 18 e 19 de março.

VIA RÁPIDA



Mas que abacaxi!

No passado, o abacaxi era considerado um símbolo de hospitalidade e luxo. Nas Américas coloniais, ter um abacaxi em casa durante uma recepção era sinal de prestígio e calorosa acolhida.

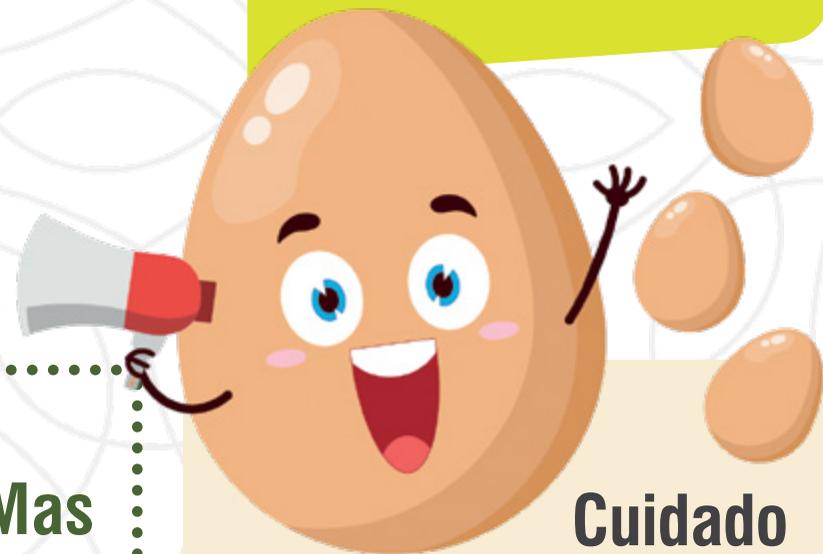
Enigma

O que se diz uma vez em um minuto, duas vezes em um momento e nenhuma vez em um ano?

► Confira a resposta na próxima página!

Post-it

O cientista Spencer Silver estava pesquisando adesivos no laboratório e descobriu algo chamado microesferas: um adesivo com uma "característica de remoção" que se fixava suavemente em superfícies, mas não colava totalmente sobre elas. Ao mesclar com um bloco de notas, criou-se o famoso *post-it*.



Cuidado com os ovos

Não se deve lavar os ovos antes de guardá-los na geladeira, pois isso pode retirar a película protetora existente na casca e aumentar a chance de contaminação por microrganismos, que podem migrar da casca para o interior. Portanto, faça a lavagem apenas no momento do preparo.



Sorvete ícone

Em 1959, em Nápoles, na Itália, a gelateria Spica revestiu a parte interna de uma casquinha de sorvete com chocolate, para impedir o contato entre o wafer e a massa. Preencheu com sorvete de creme e colocou nozes em cima, nascendo o ícone Cornetto.



Aceita um amendoim?

Uma velhinha sentada atrás do motorista do ônibus oferece alguns amendoins para o moço, que aceita. Passado um tempo ela oferece mais alguns. O motorista come e pergunta para a velhinha:

- Esses amendoins são muito bons. Por que a senhora não come?
- Porque não posso. Veja a minha boca, não tenho dentes!
- O motorista faz outra pergunta:
- Então por que a senhora compra?
- E a velhinha responde:
- Porque gosto do chocolate que vem em volta deles.



Raiz da solução

O gengibre apresenta uma substância chamada gingerol, dotada de propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias que protegem o organismo de bactérias e fungos. A planta também melhora o desempenho dos sistemas digestivo, respiratório e circulatório. Além disso, o alimento é termogênico, capaz de acelerar o metabolismo e favorecer a queima de gordura corporal.

FOTO DO CLIMA

Quer ver sua foto do clima publicada no Boletim? É fácil! Basta entrar na seção **Clima**, do site sistemafaep.org.br ou pelo **app** do Sistema FAEP.



Foto: Juliane Graff Laguna - Marechal Cândido Rondon, PR

► Resposta do enigma: a letra M.

SIGA NOSSO INSTA @sistema.faep



Saiba mais ▼



Quem segue o Sistema FAEP no Instagram fica **sempre bem informado** sobre o agro.

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP nas redes sociais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável